

Novo CPC

O que mudou?

aula 11

CPC-1973:

Art. 125. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe:*

I - assegurar às partes igualdade de tratamento;

II - velar pela rápida solução do litígio;

III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;

IV - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*

I - assegurar às partes igualdade de tratamento;

II - velar pela duração razoável do processo;

III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

(...)

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

VII - exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais;

VIII - determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;

IX - determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

X - quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

Parágrafo único. *A dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.*

CPC-1973:

Art. 125. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe:*

- I - assegurar às partes igualdade de tratamento;*
- II - **velar pela rápida solução do litígio**;*
- III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;*
- IV - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.*

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*

(...)

II - velar pela duração razoável do processo;

(...)

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

(...)

CPC-1973:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de **obrigação de fazer ou não fazer**, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(...)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, **poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.**

(...)

Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a **entrega de coisa**, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

(...)

§ 3º *Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461.*

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

(...)

CPC-2015:

Art. 523. *No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.*

§ 1º *Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.*

(...)

CPC-2015:

Art. 517. A *decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto*, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523.

§ 1º Para efetivar o *protesto*, incumbe ao exequente apresentar certidão de teor da decisão.

§ 2º A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

§ 3º O executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do título protestado.

§ 4º A requerimento do executado, o *protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.*

CPC-2015:

Art. 528. No cumprimento de *sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos*, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

(...)

§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, *decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.*

CPC-2015:

Art. 529. *Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia.*

(...)

§ 3º *Sem prejuízo do pagamento dos alimentos vincendos, o débito objeto de execução pode ser descontado dos rendimentos ou rendas do executado, de forma parcelada, nos termos do caput deste artigo, contanto que, somado à parcela devida, não ultrapasse cinquenta por cento de seus ganhos líquidos.*

Exemplos de medidas atípicas, de aplicação subsidiária, para assegurar o cumprimento de prestação pecuniária:

01 – multa de 10% a que se refere o § 1º do art. 523, nos casos de processos trabalhistas e de execução fundada em título extrajudicial, inclusive execução fiscal;

02 – majoração da multa de 10% nos casos em que ela já é prevista (CPC-2015, art. 523, § 1º: cumprimento definitivo de sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa);

03 – multa diária, em qualquer situação;

04 – protesto da decisão transitada em julgado (CPC-2015, art. 517), nos casos de processos trabalhistas;

05 – inscrição do nome do executado em cadastros de proteção ao crédito, a exemplo do SPC, SERASA, CADIN e assemelhados; e

06 – desconto em folha de pagamento da importância relativa a outras dívidas de natureza alimentar, de forma parcelada, contanto que o valor total descontado não ultrapasse 50% dos ganhos líquidos do executado.

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*

(...)

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

(...)

Parágrafo único. *A dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.*

(...)

CPC-1973:

Art. 342. *O juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.*

Art. 343. *Quando o juiz não o determinar de ofício, compete a cada parte requerer o depoimento pessoal da outra, a fim de interrogá-la na audiência de instrução e julgamento.*

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

*VIII - determinar, a qualquer tempo, o **comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las** sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;*
(...)

CPC-2015:

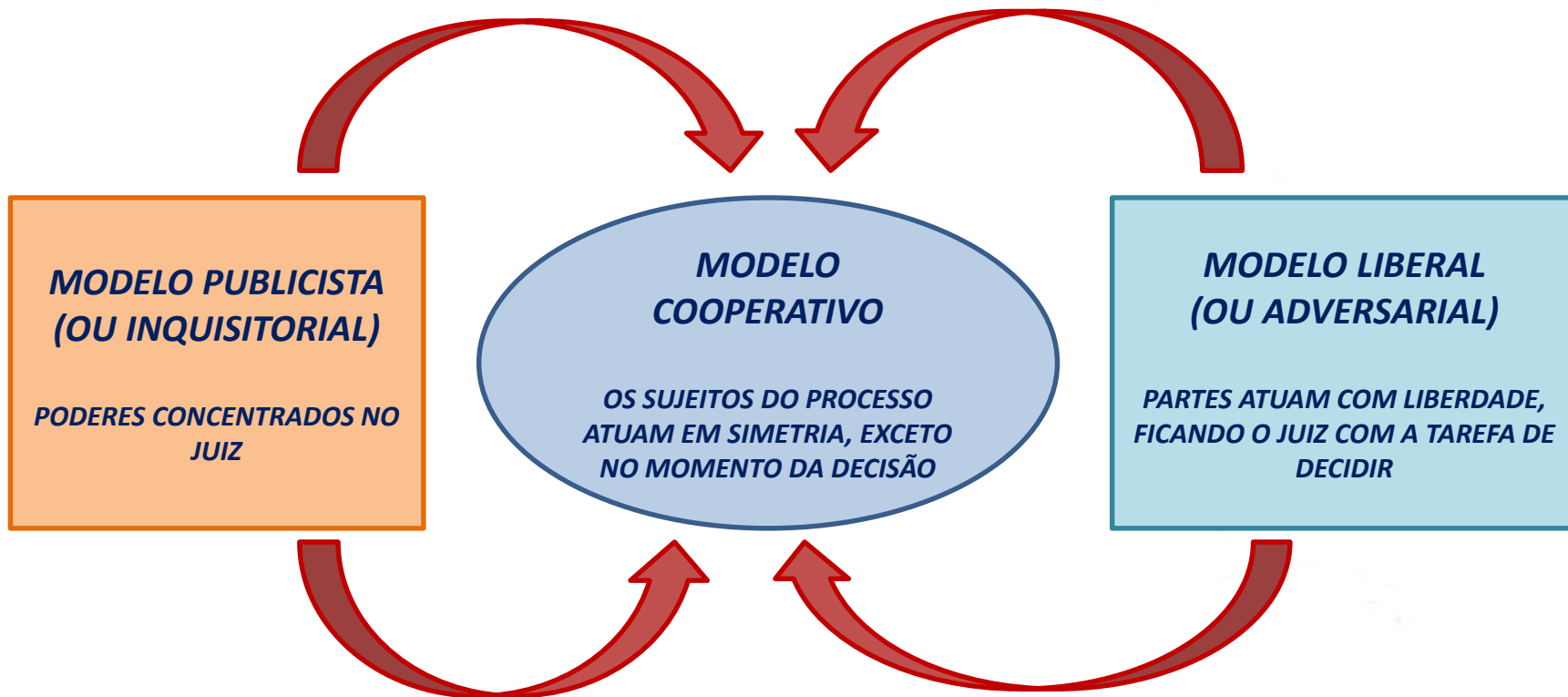
Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

IX - determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

(...)

CPC-2015:

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem *cooperar entre si* para que se obtenha, em tempo razoável, *decisão de mérito justa e efetiva*.



CPC-2015:

Art. 932. *Incumbe ao relator:*

Parágrafo único. *Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.*

CPC-2015:

Art. 938 (...)

§ 1º Constatada a ocorrência de vício sanável, inclusive aquele que possa ser conhecido de ofício, o relator determinará a realização ou a renovação do ato processual, no próprio tribunal ou em primeiro grau de jurisdição, intimadas as partes.

(...)

CPC-2015:

Art. 1.029. *O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão: (...)*

§ 3º *O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça **poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.***
(...)

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*

(...)

X - quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

(...)

CPC-2015:

Art. 977. *O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal:*

I - pelo juiz ou relator, por ofício;

II - pelas partes, por petição;

III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

Parágrafo único. *O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.*

CPC-2015

Art. 140. O juiz não se exime de **decidir** sob a alegação de lacuna ou obscuridade do **ordenamento jurídico**.

...

CPC-1973

Art. 126. O juiz não se exime de **sentenciar ou despachar** alegando lacuna ou obscuridade da **lei**. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CPC-2015:

Art. 142. *Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá **decisão** que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.*

CPC-2015:

Art. 190. *Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.*

Parágrafo único. *De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.*

CPC-2015:

Art. 142. *Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, **aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.***

CPC-1973:

Art. 130. *Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.*

Art. 131. *O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.*

CPC-2015:

Art. 370. *Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.*

Parágrafo único. *O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.*

Art. 371. *O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.*

CPC-1973:

Art. 132. *O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor.*

CPC-2015:

Art. 143. O juiz responderá, civil e **regressivamente**, por perdas e danos quando:

I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

Parágrafo único. As hipóteses previstas no inciso II somente serão verificadas depois que a parte requerer ao juiz que determine a providência e o requerimento não for apreciado no prazo de 10 (dez) dias.

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;

(...)

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

(...)

II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;

(...)

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

(...)

*III - quando nele estiver postulando, como **defensor público**, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o **terceiro** grau, inclusive;*

(...)

§ 1º *Na hipótese do inciso III, o impedimento só se verifica quando o **defensor público**, o advogado ou o **membro do Ministério Público** já integrava o processo antes do início da atividade judicante do juiz.*

§ 2º *É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.*

§ 3º *O impedimento previsto no inciso III também se verifica no caso de **mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição nele prevista, mesmo que não intervenha diretamente no processo.***

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

*IV - quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge **ou companheiro**, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;*

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

(...)

*V - quando for **sócio** ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;*

(...)

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

(...)

VI - quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;

(...)

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

(...)

VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;

(...)

CPC-2015:

Art. 144. *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:*

(...)

IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

CPC-2015:

Art. 145. *Há suspeição do juiz:*

I - amigo íntimo ou inimigo ~~capitel~~ de qualquer das partes ou de seus advogados;

II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;

III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;

IV - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

§ 1º *Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.*

§ 2º *Será ilegítima a alegação de suspeição quando:*

I - houver sido provocada por quem a alega;

II - a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.

CPC-2015:

Art. 146. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

(...)

CPC-2015:

Art. 146. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

§ 1º *Se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos a seu substituto legal, caso contrário, determinará a autuação em apartado da petição e, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentará suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa do incidente ao tribunal.*

(...)

CPC-2015:

Art. 146. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

§ 1º *Se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos a seu substituto legal, **caso contrário, determinará a autuação em apartado da petição e, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentará suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa do incidente ao tribunal.***

(...)

CPC-2015:

Art. 146. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

(...)

§ 2º *Distribuído o incidente, o relator deverá declarar os seus efeitos, sendo que, se o incidente for recebido:*

I - sem efeito suspensivo, o processo voltará a correr;

II - com efeito suspensivo, o processo permanecerá suspenso até o julgamento do incidente.

§ 3º *Enquanto não for declarado o efeito em que é recebido o incidente ou quando este for recebido com efeito suspensivo, a tutela de urgência será requerida ao substituto legal.*

§ 4º *Verificando que a alegação de impedimento ou de suspeição é improcedente, o tribunal rejeitá-la-á.*

(...)

CPC-2015:

Art. 146. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

(...)

§ 5º *Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de manifesta suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, podendo o juiz recorrer da decisão.*

§ 6º *Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado.*

§ 7º *O tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou de suspeição.*

CPC-2015:

Art. 148. *Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição:*

I - ao membro do Ministério Público;

II - aos auxiliares da justiça;

III - aos demais sujeitos imparciais do processo.

§ 1º *A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.*

§ 2º *O juiz mandará processar o incidente em separado e sem suspensão do processo, ouvindo o arguido no prazo de 15 (quinze) dias e facultando a produção de prova, quando necessária.*

§ 3º *Nos tribunais, a arguição a que se refere o § 1º será disciplinada pelo regimento interno.*

§ 4º *O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica à arguição de impedimento ou de suspeição de testemunha.*

CPC-2015:

Art. 235. *Qualquer parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno.*

§ 1º *Distribuída a representação ao órgão competente e ouvido previamente o juiz, não sendo caso de arquivamento liminar, será instaurado procedimento para apuração da responsabilidade, com intimação do representado por meio eletrônico para, querendo, apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias.*

§ 2º *Sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, em até 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação ou não da justificativa de que trata o § 1º, se for o caso, o corregedor do tribunal ou o relator no Conselho Nacional de Justiça determinará a intimação do representado por meio eletrônico para que, em 10 (dez) dias, pratique o ato.*

§ 3º *Mantida a inércia, os autos serão remetidos ao substituto legal do juiz ou do relator contra o qual se representou para decisão em 10 (dez) dias.*